

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO
(coordenação)

CULTO, CULTURA, CARIDADE

Atas do II Congresso de História
da Santa Casa da Misericórdia do Porto

Auditório da Fundação da Juventude (Porto) – 28 e 29 de junho de 2012



© Santa Casa da Misericórdia do Porto

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO

Rua das Flores, 5
4051-801 Porto, Portugal
T. (+351) 222 074 710
geral@scmp.pt
www.scmp.pt

Coordenação:

Santa Casa da Misericórdia do Porto
Departamento de Atividades Culturais

Concepção gráfica:

Clássica – Artes Gráficas, S.A.

ISBN: 978-989-8578-06-8

Depósito legal: 352775/12

Tiragem:

500 exemplares

Dezembro de 2012

A presente publicação respeita a versão de
Acordo Ortográfico adotada por cada autor.

Cofinanciamento:



D. LOPO DE ALMEIDA, BENFEITOR DA MISERICÓRDIA DO PORTO (c. 1525-1584): uma incursão sobre os seus bens móveis

ISABEL DOS GUIMARÃES SÁ*

Introdução

O presente trabalho pretende abordar o mundo material doméstico em que teria vivido uma figura bem conhecida da Misericórdia do Porto: D. Lopo de Almeida, um dos seus mais importantes doadores, a quem se deve a criação do maior hospital da cidade nos inícios do século XVII. Este estudo é possível graças ao estudo da sua testamentaria, que inclui inventários de bens móveis.

As fontes que abordaremos neste estudo, embora diversificadas, têm todas origem num documento matricial, o testamento, que pode dar origem a vários registos, de natureza diferente, tais como inventários *ante* e *post-mortem*, leilões de bens, execução por parte dos testamenteiros, e uma contabilidade que diz respeito à administração dos rendimentos legados pelo testador. O testamento constitui assim um ponto de partida sem o qual os restantes documentos, por vezes numerosos e extensos, não se podem compreender. Neste caso em concreto, analisámos apenas a documentação que permite explorar o universo material que teria rodeado o defunto em vida.

Um testamento é dos poucos testemunhos que nos dão algumas indicações sobre as ligações que o testador mantém com pessoas, lugares e instituições. Por outro lado, o facto de os doadores incluírem bens móveis entre as suas posses, muitas vezes objecto de inventário, permite lançar um olhar sobre a panóplia de objectos que possuem, permitindo inferir a difusão de determinadas tipologias de bens, bem como a relação que o seu possuidor mantém com as coisas, demonstrando preferências pessoais, e modos de vida individuais.

* Departamento de História da Universidade do Minho e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Agradeço a Félix Labrador Arroyo as preciosas informações sobre D. Lopo de Almeida na corte portuguesa em Madrid; ao Dr. Pedro Silva a paciência com que me atende no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Esta perspectiva contrasta com o enfoque até agora efectuado pela historiografia, interessada sobretudo nos aspectos jurídicos, ou nos devocionais, a primeira focando questões relacionadas com a transmissão de património, e a segunda a religiosidade do testador, expressa nas invocações de figuras sagradas, na encenação do cortejo fúnebre, nas disposições em benefício da alma, etc..

A testamentaria aqui analisada, no entanto, faz parte do espólio de uma misericórdia. Os estudiosos destas confrarias que se têm debruçado sobre este tipo de fonte, mais interessados em estudar a assistência à alma e aos corpos, têm avaliado sobretudo o impacto dos legados e heranças nas práticas assistenciais, estudando as capelas e missas por alma neles instituídas, ou as preferências dos doadores em matéria de receptores de caridade e a forma como estas condicionam a prestação de serviços e a distribuição de recursos entre os assistidos. Por exemplo, a ênfase colocada na assistência a donzelas pobres por parte dos testadores deu origem a uma profusa instituição de dotes de casamento, mas nunca houve uma preocupação na educação profissional de rapazes. Da mesma forma, embora muitas misericórdias tivessem a administração de expostos a seu cargo (mesmo que financiada pela câmara conforme a lei obrigava), este serviço de assistência nunca foi popular entre os doadores. Por outro lado, a existência de testamentos provenientes do Império português, primeiro do Oriente e depois do Brasil, fez com que se estudasse esta documentação com alguma profundidade, mas apenas sob os pontos de vista acima referidos¹.

Das outras abordagens que as testamentarias das misericórdias permitem (e as de fundos semelhantes de outras instituições), uma delas seria a dos afectos. Embora nem sempre, os testamentos, ao informarem-nos sobre aquilo a que o seu autor atribuiu importância, prestam-nos preciosas informações acerca dos seus afectos, e, por contraste, sobre a ausência destes². Os testamentos em que as misericórdias eram contempladas podiam beneficiar outros herdeiros, entre parentes, amigos e outras instituições tais como confrarias ou ordens religiosas. A maneira como o testador escolhe pessoas e instituições e distribui os seus bens entre elas, por vezes comentando os motivos que condicionavam as opções tomadas, é importante para definir valores e relações sociais. Da mesma forma, os testamentos constituem a prova dos nove relativamente a práticas de

¹ Abordagem também levada a cabo para a própria misericórdia do Porto (Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto III*, Porto, Santa Casa da Misericórdia, 1995).

² Luciana Gandelman, «O poder dos bens deste mundo: um exercício de indagação sobre o testamento seiscentista de João de Mattos Aguiar», in Isabel dos Guimarães Sá e Máximo García Fernández (coords.), *Portas Adentro comer, vestir, habitar* (ss. XVI-XIX), Coimbra-Valladolid, Universidade de Coimbra – Universidad de Valladolid, 2010, p. 277.

crédito privado, na medida em que o testador se mostrava sempre preocupado em cobrar dívidas aos seus credores, bem como dava ordens para proceder ao pagamento das que contraíra. Por todas essas razões, que não se prendem apenas com os já clássicos estudos sobre as misericórdias, os testamentos custodiados nos arquivos destas confrarias, bem como a execução dos legados respectivos, aguardam um interesse renovado por parte dos historiadores.

No caso presente, abordámos, com dissemos no início deste trabalho, a testamentaria de D. Lopo com o objectivo único de estudar o mundo das coisas de que se rodeou. Esta documentação prolonga-se por mais de 25 livros de registo (testamento, tomo, volumes respeitantes à administração dos seus legados, livros de lembrança, pagamento de tenças, etc.), constituindo a herança que mais escrituração originou de entre os legados efectuados à misericórdia no período moderno³. Este trabalho constitui um mero arranhão numa massa documental que espera tratamento adequado por parte de alguém que lhe possa dedicar largos meses de investigação a tempo inteiro. Para o realizar em pouco tempo, foram relidos os dois últimos volumes da história da Santa Casa da Misericórdia do Porto, que incluem estudos sobre os doadores da instituição. Existem poucos estudos sobre os doadores das misericórdias em geral (os *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, por razões de espaço, são parcos em transcrições de testamentos⁴), e encontrei nesses documentos preciosas menções à cultura material desses homens, que permitem unir o estudo das misericórdias a projectos mais recentes⁵.

Um homem misterioso: D. Lopo de Almeida

Estudado com profundidade por Magalhães Basto (1894-1960), no póstu-mo volume II da sua história da Misericórdia do Porto, D. Lopo de Almeida atravessou o século XVI, deixando-se afectar por algumas das suas convulsões: julgado por luteranismo na Inquisição (é o processo 2183 na Torre do Tombo), partidário da União Dinástica, e finalmente capelão de Filipe II. Figura de certo modo estranha, e até controversa, D. Lopo deixou a sua fortuna à Misericórdia do Porto, a partir da qual, entre outras coisas, se construiu o novo hospital que recebeu o seu nome, que se situava perto das instalações actuais da Santa Casa na Rua das Flores.

³ Não se incluem nesta estimativa, como é óbvio, os registos respeitantes ao hospital criado a partir desta herança. Cf. Inês Amorim, «Roteiro do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto», *Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto*, vol. VII, 1987, pp. 229-263.

⁴ José Pedro Paiva, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, 10 vols., Lisboa, CEHR-UMF, 2002-2012.

⁵ Fundação Ciência e Tecnologia, *Portas Adentro: modos de habitar do século XVI a XVIII em Portugal*, PTDC/HAH/71309/2006, coord. Isabel dos Guimarães Sá.

O presente trabalho pretende reflectir sobre o mundo material que teria rodeado o benfeitor em vida, analisando o seu testamento, bem como as menções a objectos que se conhecem, incluídas na sua testamentaria. Este estudo parte do pressuposto de que os objectos reunidos por cada um fazem parte da sua auto-construção como indivíduo, em diálogo com o grupo social a que pertence. Se este último lhe impõe modelos de conduta e de apresentação pessoal, deixa-lhe não obstante margem de manobra, ou seja, possibilita escolhas, que vão desde as infracções às regras de conduta adequadas a cada indivíduo pelo estatuto a que pertence, até às marcas relativas a preferências pessoais. Teremos oportunidade de o constatar a partir deste caso concreto.

D. Lopo de Almeida nasceu por volta de 1525 e morreu em 1584, depois de ter apoiado a causa filipina. Morreu em Madrid, onde, como dissemos, era confessor do rei Filipe I de Portugal e II de Espanha. Por ter o seu nome associado ao grande hospital da cidade do Porto, da qual era proprietária e administradora a Misericórdia do Porto, é conhecido de alguns portuenses. Ocupa por inteiro o volume 2 da história da Santa Casa da Misericórdia do Porto, onde Artur de Magalhães Basto (1894-1960) pretendia traçar os factos principais da vida do doador, contextualizar a época em que viveu, e caracterizar a herança deixada à casa. Elaborado com o rigor e espírito de indagação que foi a marca do seu autor (continua a ser um dos historiadores a quem as Misericórdias mais devem), é no entanto um volume póstumo, um pouco desorganizado se o compararmos com o volume I, do qual 30 anos o separam (o primeiro volume é de 1934 e o segundo de 1964)⁶. Outros autores, como Mário Brandão (1900-1995), dedicaram-se sobretudo às relações de D. Lopo com a Inquisição e com a Universidade de Coimbra⁷.

Compreende-se bem porque é que Magalhães Basto se deixou enfeitiçar por esta figura. Os efeitos do seu testamento prolongam-se, como já foi referido, por muitos livros do arquivo histórico da confraria, e será um dos mais importantes doadores da Santa Casa, embora seja difícil calcular a sua fortuna sem uma análise detalhada das suas finanças, bem como o que dela chegou efectivamente à misericórdia do Porto. Personagem fascinante, o nosso doador pertence à linhagem dos Almeidas, ligada ao marquesado de Abrantes, que conta entre os seus elementos os nobres protegidos por D. João II, -que fortaleceu a família entregando o cuidado seu bastardo D. Jorge a um deles-, o longo bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida, e o primeiro vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida.

⁶ Artur de Magalhães Basto, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto I*, Porto, Santa Casa da Misericórdia, 1934.

⁷ Mário Brandão, *D. Lopo de Almeida e a Universidade*, Coimbra, Universidade, 1990.

D. Lopo era portanto um fidalgo de primeira grandeza, a quem a ordem de nascimento relegara para a carreira eclesiástica; foi o quinto filho entre 7 varões, todos primeiros filhos do casal, a que se seguiram 5 filhas todas seguidas. Das cinco, três casaram, uma foi freira em Odivelas e outra ficou solteira. No que respeita aos seus seis irmãos, vários seguiram a carreira das armas; o mais velho herdou o ofício de contador-mor do pai.

Em criança e na adolescência, passou algum tempo com o tio, D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra; para a carreira a que estava destinado, nada melhor de que o seu patrocínio, bem como a vizinhança da universidade. Bolseiro em Bordéus nos anos quarenta, D. Lopo chegou a ser preso pela Inquisição em 1550; o seu processo integra um grupo de acusados de luteranismo. Libertado, abjurando as ideias protestantes, o resto da vida levou-a em conformidade com a santa fé católica, a acreditar tanto na fortuna que reuniu como nos lugares de topo que ocupou. Não consegui ainda situá-lo nas folhas de pagamentos da corte de Filipe, um trabalho que deixo para mais tarde. Sabemos apenas que o cargo de capelão lhe foi concedido pelos serviços prestados a Filipe II de Espanha no processo de anexação da coroa portuguesa em 1580. D. Lopo foi um dos negociadores da União Ibérica, e, a avaliar pelo conteúdo de uma carta escrita àquele que seria o novo rei de Portugal, a sua intenção era fazer-se pagar bem⁸. É difícil, por conseguinte, e tratando-se o cargo de uma recompensa, saber que funções específicas tinha D. Lopo; pode ser até que nenhuma...

De qualquer modo, D. Lopo passou por várias universidades (são referidos vários diplomas, embora Magalhães Basto não tenha conseguido confirmar as matrículas), e privou na juventude com homens de letras, alguns dos quais com quem viria a ser preso em 1550.

Um dado estranho no seu testamento é o facto de não ser do Porto, nunca aí ter vivido, se exceptuarmos uma pouco documentada passagem pela cidade. Terá sido abade na paróquia de S. Miguel de Beire (actual concelho de Paredes), da diocese do Porto, situada a cerca de seis léguas da cidade, ou seja, aproximadamente um dia de caminho da cidade. O seu testamento enumera a misericórdia do Porto como primeira opção, para elencar logo em seguida a de Braga (outra cidade onde nunca viveu) e depois a de Lamego, caso a sua congénere do Porto não cumprisse o testamento na íntegra. Ou seja, nenhuma razão afectiva era invocada, e a misericórdia do Porto era apenas a primeira de três opções. Quase se apostaria numa acção deliberada para injectar capital numa misericórdia que tanto demorara a arrancar e que precisava de apoio, tanto mais que é conhecida a relutância da câmara municipal em abrir mão dos

⁸ Carta escrita por D. Lopo de Almeida ao rei, datada de 26 de Abril de 1580, solicitando favores em troca do seu apoio. Cf. Archivo General de Simancas, E, leg. 419, núm. 162. Referência cedida pelo prof. Félix Labrador Arroyo, a quem muito agradeço.

seus hospitais⁹. É sabido que a monarquia dual necessitava de negociar apoios locais, e nada melhor que uma doação para o fazer. Ainda de referir um detalhe importante: o testamento não se referia a um hospital físico, mas a um hospital «mental», o que sugere que o seu autor tinha em mente apenas uma ajuda a doentes pobres não institucionalizados. O hospital acabou por ser construído, depois de uma capela-mor que, essa sim, D. Lopo mandava construir no seu testamento. Outras heranças parecem ter também contribuído financeiramente para a construção do hospital, que a cidade devia sentir como uma necessidade.

Apesar de receber rendimentos de benefícios eclesiásticos no reino de Portugal, não se sabe ao certo onde passou D. Lopo a maior parte da sua vida adulta, a seguir à abjuração de 1551. Sabemos apenas que deve ter estado no Porto, foi preso em Ponte de Lima em 1580 (por andar ao serviço de Filipe II), e, como veremos, tinha arcas com bens móveis em Lisboa, no Barreiro e ainda em S. Miguel de Beire, lugares onde pode ter vivido algum tempo, embora não saibamos exactamente quando e quanto. Mas ele próprio declara no seu testamento que devia a sua fortuna à Igreja, o que faz supor estarmos ainda perante um homem do clero de feição pré-tridentina, absentista face aos inúmeros benefícios eclesiásticos dos quais recebia rendas. Além destes, o seu património era composto por bens do Estudo Geral (também de natureza eclesiástica), alcavalas na Galiza (são impostos de transacção, o rei espanhol concedera-lhe portanto impostos seus). D. Lopo também emprestava dinheiro, embora não tenha conseguido apurar se o fazia a juros. Entre os seus devedores, a mais ilustre é sem dúvida a imperatriz Maria (1528-1603), irmã de Filipe II, viúva do imperador Maximiliano II de Habsburgo (1527-1576) com quem tinha casado em 13 de Setembro de 1548, e residente em Madrid depois da morte do marido. É também importante notar que, se emprestava a juros (há verbas do seu testamento com a designação de censos, e aceitava objectos como garantia do capital emprestado, ou seja, penhores), D. Lopo não tinha qualquer interesse em fazê-lo de forma aberta, tanto mais que era um homem da Igreja. O seu livro «manual» regista também rendimentos de tipo comercial. D. Lopo investia no trato marítimo, ou emprestava a pessoas que o faziam. Possuía também alguns têxteis em grande quantidade, – peças de pano da Índia e cafizes de seda¹⁰ – o que parece indiciar ou cobrança de dívidas em produtos, envolvimento no comércio marítimo, ou as duas coisas. De qualquer das formas, era normal na época investir-se em peças de tecido, que representavam sempre um capital seguro.

A misericórdia do Porto colocou-se logo em campo mal ouviu as primeiras notícias sobre a herança, enviando procuradores seus a Madrid para tratar da

⁹ Assim o dão a entender as dificuldades entre a vereação municipal e o rei, analisadas por Maria de Fátima Machado, *O Central e o Local. A Vereação do Porto de D. Manuel a D. João III*, Porto, Edições Afrontamento, 2003.

¹⁰ O cafiz é uma antiga medida de capacidade para sólidos.

sua transferência, cujas despesas corriam por conta do capital a receber (e da misericórdia no entretanto). Por causa dos descaminhos a que as heranças estavam sujeitas, era preciso agir depressa, e a Misericórdia do Porto não dormiu no ponto, tomando decisões em poucos dias (veja-se a cronologia no final deste artigo). Em todo o processo de recebimento da herança de D. Lopo por parte da Misericórdia é de notar a rapidez e eficiência com que esta última deu andamento aos procedimentos necessários, enviando pessoas a Madrid, bem como o cuidado colocado na escrituração.

Seria aqui necessário um estudo de fundo para se perceber a diferença entre o que D. Lopo declara possuir no seu livro manual e aquilo a que a misericórdia do Porto e restantes herdeiros conseguiram receber, depois de descontadas as inexistências, os descaminhos, e as despesas com as cobranças, todas ocorrências frequentes neste tipo de processos. Ao contrário de tantas outras heranças, esta não foi objecto de nenhuma demanda judicial, o que era raro: com frequência estes legados constituíam «presentes envenenados», em que a família e outras instituições contestavam o testamento, dando origem a processos demorados e dispendiosos.

Em muitos casos, havia uma diferença considerável entre aquilo que o testador distribuía e aquilo que possuía à data da morte: muitas vezes os defuntos perdiam património entre a data da feitura do testamento e o falecimento. É também muitas vezes significativa a presença de dívidas por cobrar, que na maior parte dos casos acabavam por não se receber, porque os devedores morriam sem deixar património ou se ausentavam para parte incerta.

A maior dificuldade consistia em segurar os bens do doador entre a morte deste e a sua entrega aos herdeiros: os bens, em especial os de natureza móvel, recebiam descaminhos fáceis e quase impossíveis de evitar, a não ser que houvesse um dispositivo de segurança montado em torno de criados, amigos, familiares ou frequentadores da casa, por vezes até dos próprios testamenteiros, avaliadores ou funcionários da justiça. Na sua ausência, o facto de existir um inventário não impedia coisa nenhuma, apenas dava conta dos objectos desaparecidos, possibilitando a sua eventual identificação posterior.

Os bens móveis

Os objectos de que a misericórdia tomou posse eram de proveniência vária. Da freguesia de S. Miguel de Beire, no actual concelho de Paredes, um homem, de seu nome Roque Fernandes, trouxe duas canastras encoiradas, fechadas a cadeado e contendo vários objectos de valor¹¹. A sua lealdade foi notada pelos

¹¹ A nomeação como abade da paróquia é referida por Mário Brandão como tendo ocorrido em 1570, mas não se sabe quando a abandonou.

irmãos da misericórdia, uma vez que tinha preservado os bens no meio de algumas vicissitudes, como a peste e passagem de soldados. Não detalharemos o recheio das canastras, mas apenas os seus objectos mais importantes: um escritório da Alemanha, contendo diplomas universitários; vários objectos de prata de mesa, entre os quais talheres; um coco das Maldivas encastoado em prata, uma pedra bezoar, uma balança de pesar prata, espelhos, alguma roupa de cama, e uma ou outra peça de vestuário¹².

Os objectos foram leiloados no pátio da Santa Casa, sendo o evento apregoado pela cidade por um porteiro do judicial, e arrematados aos lanços¹³. Nem sempre este procedimento era possível: quando as coisas herdadas se encontravam muito longe da confraria, era impossível trazê-las sem custos elevados. O tipo de compradores que estes leilões atraíam, não eram muitas vezes particulares interessados, mas com toda a probabilidade gente do comércio a retalho, que tinha acesso a informações privilegiadas, gerando um pequeno grupo de frequentadores habituais. Neste caso, foram quase todos homens, com excepção de uma «dona» (o que supõe a sua origem social elevada) que arrematou as pérolas de aljôfar existentes neste espólio.

Dele salientamos o coco das Maldivas, encastoado em prata dourada, com um pé que se pesou, por ser de parafuso, isto é, amovível, alcançando o preço de venda de 6100 reais. Como este valor inclui a prata, não é possível saber o preço do coco. O coco das Maldivas (*Iodoceia maldivica*), também conhecido por coco do mar, constitui um tipo particular de coco, encontrado a boiar nas águas do Índico. Era assim chamado apesar de ter origem numa das ilhas do arquipélago das Seychelles e não das Maldivas (ambos no Oceano Índico, situando-se o primeiro perto de África e o segundo perto da Índia). Garcia de Orta dedica-lhe várias páginas dos seus *Colóquios dos Simples*. Acreditava-se então que tanto o interior como a casca do coco tinham propriedades anti-veneno, uma qualidade de que o próprio Orta duvidava, dada a sua vertente experimentalista. Refere que a rainha D. Catarina (1508-1578), uma das primeiras coleccionadoras de *orientalia* da Europa, senão a primeira, tinha especial cuidado em recomendar aos comandantes das armadas da Índia para lhes trazer das suas viagens¹⁴. De qualquer das formas, o seu uso parece expandido no final do século XVI: os cocos eram muitas vezes cortados em

¹² AHSCMP – Série H, B.º 1, n.º 9, fls. 22-23v.

¹³ AHSCMP – Série B, B.º 3, n.º 11, fls. 71-75.

¹⁴ Garcia de Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, ed. Conde de Ficalho, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987 [1891], vol. I, pp. 240-253. Sobre a vertente coleccionadora da rainha D. Catarina veja-se Annemarie Jordan, *The development of Catherine of Austria's collection in the Queen's Household: Its Character and Cost*, 2 vols., PhD, Brown University, 1994.

metade, encastoados em prata lavrada, e usados como cálices¹⁵. Acreditava-se que o simples de facto de se beber por eles protegia contra a peçonha, embora no Oriente o uso deste coco fosse afrodisíaco.

Em contrapartida, a pedra bezoar, ainda que não encastoadada, e apesar de muito pequena (o avaliador comparou-a primeiro a uma noz moscada mas depois emendou para uma azeitona), foi vendida por 1370 reais, correspondentes a nove dias de trabalho de um trabalhador qualificado¹⁶. Com excepção dos objectos que continham prata, ficou apenas abaixo do contador pequeno da Alemanha, com sete gavetas, arrematado por 2000 reais. Porque é que uma simples pedra, não preciosa, atingia tamanho preço? A resposta reside nas suas supostas propriedades mágicas: estas pedras consistem numa massa estranha ao corpo que se forma no aparelho gastrointestinal, geralmente o estômago, em torno a uma ou várias palhas (aquilo a que hoje chamaríamos um cálculo intestinal). Segundo Garcia de Orta, que condensa o conhecimento científico da época, utilizava-se contra o veneno, e provinha de uma cabra selvagem existente na Pérsia, embora se encontrasse também na Índia, sobretudo na ilha das Vacas, actual *Delft*, no estreito de Palk, entre a Índia e Ceilão, onde os portugueses tinham lançado estes animais, e usava-se por contacto, ou moída e diluída em água de rosas. Servia de protecção contra a peste, de antídoto contra o veneno (o que era completamente falso) e ainda outras utilizações; era comercializada em regime de monopólio pelos portugueses, à semelhança das especiarias¹⁷. Em geral, embora este exemplar não estivesse engastado, as pedras eram montadas em ouro, por vezes filigranado e usadas ao pescoço¹⁸.

Não se sabe porque é que estas coisas estavam em S. Miguel de Beire, mas provavelmente o nosso doador tinha aí vivido uma vez que era beneficiado da paróquia desde 1570. Porque as teria lá deixado? Tê-las-ia abandonado à pressa no seu afã de apoiar a causa filipina?

Um segundo grupo de bens móveis estavam no Barreiro em casa de um tal Brás da Rocha, e em Lisboa, tendo a misericórdia dado ordem e procuração para que fossem

¹⁵ Quando indiviso, a sua forma, parecida com a bacia do corpo feminino, fazia com que o coco fosse provavelmente tido como indecente se conservado na íntegra. Por outro lado, numa época de pensamento analógico, o seu formato estava na origem da atribuição do seu potencial afrodisíaco. Para ver imagens deste objecto, na sua forma transformada, cf. KK. Inv. No. KK_6872, em <http://www.khm.at/en/collections/kunstkammer-wien/selected-masterpieces/> consultado em 17 de Setembro de 2012.

¹⁶ Este cálculo foi feito com base no salário médio diário de um trabalhador qualificado em Lisboa nos anos oitenta do século XVI, equivalente a 150 reais. O mesmo critério foi adoptado em todas os quadros onde se utilizou este termo de comparação.

¹⁷ Orta consagra-lhe um inteiro colóquio, o 45.º, «Da pedra bezar», in Garcia de Orta, *op. cit.*, vol. II, pp. 231-239.

¹⁸ Para ver imagens deste tipo de objectos, cf. Inv. No. KK_996 ou Inv. No. KK_981 do Kunsthistorisches Museum, Vienna, <http://www.khm.at/en/collections/kunstkammer-wien/selected-masterpieces/>, consultado em 16 Setembro de 2012.

lá vendidos por um particular. Constavam de roupas e almofadas, um copo de prata, 7 peças de pano da Índia (havia uma grande preocupação em armazenar tecidos por trabalhar), e uma guitarra, um objecto pouco usual num homem do clero¹⁹.

Outra parte dos bens móveis estavam com o dono em Madrid, e esses foram objecto de um inventário que próprio terá dirigido, enumerando-os como «cosas de mi servicio»²⁰. É uma indicação importante, uma vez que os classifica como objectos de uso pessoal. Num mundo em que as coisas representavam muitas vezes investimentos, ou dispositivos de segurança, destinando-se a ser vendidos em caso de necessidade, o facto de o seu proprietário as designar como tal clarifica a sua situação enquanto objectos de utilidade imediata, necessários ao quotidiano de D. Lopo. Era também frequente, em muitos inventários, termos coisas cuja presença entre as posses do proprietário se devia a garantias dadas contra empréstimos de dinheiro. Embora nem todos os que tomavam objectos como segurança fossem penhoristas, a sua presença assinalava que o seu detentor era uma pessoa a quem os outros recorriam quando precisavam de liquidez. Na falta de instituições bancárias, o crédito privado era ubíquo na época a que nos reportamos, e significava muitas vezes o enriquecimento de quem estava em condições de o praticar.

D. Lopo agrupou os objectos de seu serviço consoante os materiais de que eram feitos (ver quadro 1). Sistema de classificação pouco inocente (nenhum o é). Começa pela prata de mesa (na qual figuram colheres e um garfo, de resto já existentes nos bens de Beire e Barreiro), seguindo para as jóias, em ouro, pedras e pérolas; depois os têxteis de casa pesados (tapetes, colchas, almofadas, cobertores, etc.); em seguida a roupa de sua pessoa e serviço; depois a roupa branca (sempre um item importante nos inventários)²¹; as coisas de madeira (móveis), as coisas de «ferro e metais», englobando instrumentos de cozinha e estrebaria; finalmente, as coisas «indiferentes», com uma panóplia de objectos diversificados, desde objectos de *toilette* e higiene pessoal a camisas de viagem. O que é mais interessante, tudo com valores em maravedis, atribuídos pelo próprio inventariante! Se olharmos para os totais do quadro, verificamos que existe uma hierarquia de valores: primeiro os metais preciosos (prata, depois o ouro, obviamente em menor quantidade, mas mais valioso); os têxteis, incluindo os mais pesados, as roupas do corpo e as roupas de casa; só então vinham as coisas de madeira, onde se englobavam os móveis; finalmente as coisas de metal, e as coisas indiferentes, aquelas que D. Lopo não conseguiu incluir nas categorias anteriores. Ou seja, o critério do valor económico era de alguma

¹⁹ Basto, *op. cit.*, p. 35.

²⁰ AHSCMP – Série H, B.º 1, Lv. 6, fls. 16-18v. Todos os quadros do texto se referem a esta fonte.

²¹ À falta de melhor, designamos colchas, tapetes, cortinas, panos de armar etc., como roupa de casa «pesada», para a distinguir da roupa «branca» (lençóis, toalhas de corpo e mesa, etc.).

forma conjugado com os materiais, quando tomados em grandes categorias: metais e pedras preciosas, têxteis, madeira e metais correntes.

Quadro 1 – Inventário das «coisas de serviço» de D. Lopo em Madrid, segundo a classificação do próprio

Designação	Valor (mrv)
Prata	207808
Ouro, jóias, pérolas, pedras	936776
Camas de campo, tapeçaria, tapetes, panos de armar, almofadas, cobertores	302260
Roupa de vestir de «minha pessoa e serviço» ²²	89800
Roupa branca de «meu serviço»	68790
Escritórios, bancos, cadeiras, cofres, arcas e outras coisas de madeira de «meu serviço»	96570
Coisas de ferro e metais	9752
Coisas «indiferentes»	23505
Total	1413427

A personalidade de D. Lopo era decerto a de um homem minucioso, habituado a separar, agrupar e avaliar, competências de um negociante. Repare-se que a tarefa de inventariar cabia geralmente a terceiros e era feita depois da morte do possuidor dos bens; D. Lopo fê-lo antes de morrer, por sua mão, ditando ao seu escrivão cada objecto, e o valor que lhe atribuíra. Magalhães Basto nota que provinha de uma família de mercadores flamengos por parte da mãe, mas será também oportuno lembrar que o ofício de contador-mor (o responsável pela receita e despesa da Coroa) corria na família, sendo geralmente transmitido ao filho mais velho. Este cargo implicava, antes de mais, contar no sentido literal do termo. A avaliar pelas fontes de que dispomos, foi D. Lopo um homem atento aos seus bens, que porfiou em inventariar; não parece ter perdido uma ocasião para aumentar o seu património, e Mário Brandão usa a palavra avidez ao estudar a contenda que manteve com a Universidade de Coimbra por rendimentos que o seu tio bispo lhe tinha outorgado²³.

A sua pertença à Igreja nota-se apenas no tipo de vestuário que enumera, mas não há rasto de livros religiosos ou de objectos litúrgicos. Não parece ter incluído nas coisas de seu serviço qualquer oratório ou alfaia litúrgica pessoal; entre as jóias, não aparecem contas de rezar, por exemplo. É interessante, porque

²² D. Lopo avaliou a sua roupa de vestir por atacado em 40 mil maravedis, com excepção de um manto de garras de marta (45000) e de um gibão (4800), que avaliou em separado. O total apresentado corresponde à soma das três partes.

²³ Brandão, *op. cit.*, p. 275.

analisei outro testamento de um sacerdote de missa que lega objectos desse teor em profusão – desde paramentaria a alfaias eucarísticas, e, o que é mais interessante, de sua propriedade e não da igreja onde celebrava²⁴. Ao que tudo indica, D. Lopo não dizia missa, nem incluía outros livros que não os de registo pessoal nas «coisas de seu serviço», à excepção de um tratado em italiano em papel cujo conteúdo não é referido.

De todo este espólio a misericórdia recebeu muito pouco. Para além de ser difícil e oneroso trazê-los para o Porto, e, uma vez que se destinava a ser vendido, tratou-se do assunto em Madrid. D. Lopo não constitui excepção relativamente ao que dissemos sobre a facilidade com que os bens móveis se extraviavam antes de passarem aos herdeiros. Há menção a objectos roubados²⁵, e, embora a prataria que tinha em Madrid tenha sido vendida e a receita respectiva arrecadada (embora por grosso, sem mencionar que objectos foram vendidos e por que preço) o rendimento proporcionado ficou muito aquém do que se poderia esperar. Em todo o caso, por um valor muito inferior à avaliação efectuada pelo próprio D. Lopo no livro «manual», o que pode indiciar que apenas parte dela chegou à posse da Misericórdia. Com efeito, o testador tinha atribuído à sua prata de serviço um valor total equivalente a 244.482 reis (207.808 maravedis), enquanto o valor que chegou à misericórdia do Porto foi de 124.240, ou seja, pouco mais de metade²⁶. Ao que parece, da venda de todo o espólio, incluindo as pratas, foram recebidos 728.240 reais, enquanto no inventário D. Lopo chegara a um valor total de quase 1.663 mil reais (ver quadro 1). Ou seja, a Misericórdia do Porto recebeu menos de metade desse valor!

Vejamos a par e passo em que consistiam exactamente o recheio da casa e os objectos de corpo do testador. Seguiremos a ordem do inventário, começando pela prata de serviço, que é na verdade a baixela da mesa.

Quadro 2 – Prata de serviço (mesa)

Objecto	Características	Quantidade
Travessas	Médias, c/bordos dourados	6
Pratos	Pequenos, c/bordos dourados	18
Jarros	Pequenos, par, c/bordos dourados	2
Barris	Em forma de bilha, c/tampa	2
Cassarola		1
Copa c/tampa		1

²⁴ Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (doravante AHSCMP), Série H, B.º 2, Lv. 2, «Treslado do testamento do padre André Coutinho», fls. 7 e ss.

²⁵ Mário Brandão confirma roubos do espólio (*op. cit.*, p. 135).

²⁶ Basto, *op. cit.*, p. 36.

Escudela c/tampa		1
Copo	Pequeno	1
Candeeiros		2
Colheres		2
Garfos		2
Facas	Lavrados, c/cabo de prata	2
Saleiros	Dourados, sextavados	12
Saleiro c/pimenteiro	Dourado	1

O valor pelo qual foi avaliada tinha, como era habitual nestes casos, duas vertentes: a primeira, o peso, expresso em marcos, onças e arráteis, e a segunda o feitio. Como vimos, D. Lopo estimou em 207 mil maravedis o seu valor, mas este não constituía o grupo de bens mais valioso. O conjunto parece induzir uma baixela preparada para receber alguns comensais, a avaliar pela existência de 12 saleiros individuais, 6 travessas de tamanho médio e 18 pratos pequenos. Em contrapartida, nesta época em que os talheres individuais eram ainda uma novidade, restringiam-se ao proprietário, ou quase: D. Lopo inventaria apenas dois garfos, duas colheres e duas facas.

As jóias

Os bens móveis de D. Lopo teriam de ser, pela sua condição de clérigo proveniente de família da alta fidalguia, objectos de prestígio, de forma a testemunharem a sua condição social. A apresentação de si obedecia a códigos rígidos, a que era difícil escapar. Entre os objectos «obrigatórios» num homem do seu estatuto figuravam as jóias, numa época em que os homens as usavam em profusão, embora em morfologias diferentes das mulheres: eram comuns os anéis simples, em formato de aliança com uma só pedra, e as correntes de ouro ao pescoço. D. Lopo não destoava deste padrão: possuía seis anéis com uma pedra preciosa cada (três de safira, dois de rubis e um com uma espinela²⁷). Também tinha cordões ou cadeias de ouro, objectos pesados que se exibiam ao pescoço, por cima das vestes talares. A jóia mais valiosa de D. Lopo era uma cruz de vinte diamantes, encastoados em ouro, rematados no pé por um rubi. Classificado entre as suas jóias estava também o seu coco das Maldivas, encastoadado em prata: estava longe de ser o objecto mais caro, mas constitui uma das peças emblemáticas do que era um conjunto de bens de luxo de um português por esses anos. Com efeito, encontrámo-lo em vários

²⁷ As espinelas constituem um grupo de minerais que se encontra em Ceilão, Birmânia e Tailândia, e ainda Ásia Central e Tanzânia.

inventários de doadores da misericórdia do Porto; recordamos também que o conteúdo das canastras encoiradas que tinham vindo de S. Miguel de Beire incluía outro exemplar.

Quadro 3 – Ouro, jóias, pérolas e pedras preciosas

Item	Valor mrvs	Valor reais	Dias de trabalho (150 reis/dia)
Cruz c/20 diamantes e um rubi	300.000	352.994	2353
Cordão	260.176	306.092	2040
Anel c/safira grande	112.500	132.354	882
Anel c/safira grande	75.000	88.236	588
Anel c/espínela	75.000	88.236	588
7 Voltas de cadeias c/pérola grande pendurada	45.000	52.942	353
Anel c/rubi	30.000	35.294	235
Anel c/rubi	15.000	17.647	118
Coco das Maldivas em prata dourada	11.250	13.235	88
Anel c/safira pequena	10.200	12.000	80
Guarnição de prata de escarcela ²⁸	2.250	2.647	18
2 Facas c/punhos de jaspe	4.500	5.294	35
2 Sinetes de armas, em aço	1.500	1.765	12
Total ²⁹	942.776	1108.686	7391

Nota: excepto indicação em contrário, as jóias são de ouro.

Para saber a que correspondia o valor atribuído a cada item das jóias do inventário de D. Lopo, dividimos cada montante por 150 reais, o valor diário de um salário de um trabalhador qualificado em Lisboa ao longo da década de 1580 (ver quadro 3). Usaremos doravante o mesmo critério, sempre que necessário.

Continuando a seguir a ordem de inventariação de D. Lopo, vejamos agora os têxteis: primeiro os «pesados», mais valiosos, seguidos da roupa de corpo e depois da roupa branca.

²⁸ A escarcela é uma bolsa que se trazia à cintura, pendurada num cinto.

²⁹ Tanto as duas facas com cabo de jaspe como os dois sinetes foram inventariados fora do sítio pelo próprio D. Lopo, pelo que alteram os totais por ele calculados em mais seis mil maravedis.

Os têxteis «pesados»

A análise detalhada da sua roupa «pesada», isto é, os seus têxteis mais volumosos e valiosos, que decoravam os espaços e os tornavam eventualmente confortáveis, revela algumas surpresas. Vejamos o quadro 4:

Quadro 4 – Camas de campo tapeçarias, tapetes, panos de armar, almofadas, cobertores, etc.

Objecto	Descrição	Prov.	Qt.	Valor mrv.	Valor rs.	Dias de trabalho
Cama grande	Ver nota ³⁰		1	75000	88236	588
Cobertura de mesa	Ver nota ³¹		1	4000	4706	31
Conjunto de saída	Ver nota ³²		-	135000	158825	1058
Tapeçarias de armar	De verdura e animais		5	45000	52942	5x70
Tapetes	Ver nota ³³		2	3000	3529	2x12
Tapetes	Finos	Índia	2	17000	20000	2x67
Cobertores	De pano de cor, usados		2	1500	1765	2x6
Cobertor			1	2500	2941	20
Almofadas	Ver nota ³⁴		4	12000	14118	4x24
Almofada	Veludo negro		1	1350	1588	11
Malas de viagem	Veludo carmesim		2	6000	7059	2X24

A cama de D. Lopo incluía paramentos de gotearas, em veludo, seda, e tafetá, com borlas, passamanarias, botões, colcha (de seda) e rodapés. O leito propriamente dito era de nogueira (embora se adivinhe que desaparecia debaixo de tanto paramento) e D. Lopo avaliou tudo em 75 mil maravedis, correspondentes a 88.236 reais³⁵,

³⁰ «una cama grande guarnecida de faxas de terciopelo carmesi y las goteras de terciopelo carmesi forradas en tafetá con botones passamanos y franjas de seda con sus mansanas de la cama cubiertas de seda y con rodapiés y cobertor de grana todo aforrado em tafetá con la cama de madera para elo de nogal (nogueira) todo me costó 75000».

³¹ «dos sobremesas de terciopelo carmesi con franjas de oro aforrados em bocassim y cubiertas de guadamecil».

³² «un pavellon (pavilhão, sobrecéu ou baldaquino, tenda ou barraca de campanha) de armesim de Génova carmesi con sus franjas y adereço y un cobertor y dos sobremesas de lo mismo y 17 panos de colgaduras que tienen 185 vs e ½ de tafetá y una casulla (casula) de lo mismo todo ello costó...».

³³ «que dicen alcatifas de alcazar».

³⁴ «de terciopelo carmesi con sus passamanes de seda y oro y borlas».

³⁵ Os escriturários procederam da seguinte forma para converter maravedis em reais portugueses: transformaram-nos em *reales de prata* (1 maravedi=0,029412 reales de prata, fazendo em seguida corresponder a cada um destes 40 reais portugueses. Dessa forma 75.000x0,029412x40=88236 reais.

uma soma equivalente a mais de metade do que a Santa Casa gastava por ano³⁶. Estava também conforme ao uso da época, segundo o qual cada membro da alta aristocracia devia possuir pelo menos uma cama de «estado», que se distinguiu das outras pela sua paramentaria preciosa, mais do que pelo leito (estrutura de madeira ou outra) propriamente dito. Muitas vezes estas camas nem sequer serviam para dormir habitualmente, constituindo peças de aparato.

No entanto, a peça mais valiosa deste conjunto era na verdade um grupo de objectos que D. Lopo devia usar quando saía, ou quando participava em rituais de corte. Ou seja, também de aparato, nas alturas em que exhibir a condição de clérigo era obrigatório para D. Lopo. Consistia num pavilhão de carmesim de Génova com franjas e adereços, acompanhado por um cobertor e duas cobertas de mesa, 17 panos de armar e uma casula do mesmo, com a indicação de que tudo isso tinha custado 135 mil maravedis (158.825 reis), o equivalente a 1.058 dias de trabalho a 150 reis. A descrição em castelhano levanta algumas dúvidas: pode tratar-se de uma tenda, ou de um simples sobrecéu, neste caso a condizer com a casula. Inclino-nos mais a para a primeira hipótese porque um sobrecéu dispensaria os panos de armar, o cobertor e as cobertas de mesa. Em todo o caso, parece tratar-se de um conjunto homogéneo, uma vez que D. Lopo usa a expressão «de lo mismo». Fosse tenda ou baldaquino, a presença da casula implica um grupo de objectos de representação, usados em ocasiões rituais ou em que era preciso manter um «estado». Nessas alturas, D. Lopo não podia deixar de salientar a sua condição de clérigo, usando uma casula, acompanhada por uma série de coisas do mesmo tecido. Por tradição medieval, nesses casos, a tendência era para usar os mesmos têxteis ou conjuntos combinados, de forma a ressaltar a unidade de todo³⁷.

A roupa branca

A roupa branca constituía um item imprescindível nos inventários, porque lençóis, guardanapos, toalhas de corpo e mesa, lenços de mãos e camisas, invariavelmente feitos em panos de cor branca, de algodão ou linho, testemunhavam a boa saúde da casa, uma vez que se referiam ao mais íntimo das vidas dos proprietários, numa época em que a higiene do corpo se restringia a lavar

³⁶ A título de exemplo, em 1589 a receita da misericórdia do Porto andou pelos 1,259.876 reais, e a despesa 1,250.527. AHSCMP – Série E, B.^{co} 1, n.^o 5, fls. 63v-64.

³⁷ Isabel dos Guimarães Sá, «Dressed to impress: clothing, jewels and weapons in court rituals in Portugal (1450-1650)», comunicação apresentada em *Clothing and the Culture of Appearances in Early Modern Europe. Research Perspectives*, Madrid, Fundación Carlos Amberes/Museo del Traje, Fevereiro 2012. <http://hdl.handle.net/1822/17083>.

a roupa que estava em contacto directo com este³⁸. Desse universo de roupa íntima faziam parte as camisas, os escarpins (neste caso julgo que seriam meias de dormir), e as coifas usadas também na cama, para proteger a cabeça do frio. E ainda, uma profusão de têxteis brancos relacionados também com a higiene do corpo: lenços, toalhas de mão e guardanapos, estes obviamente fazendo parte da roupa de mesa (ver quadro 5).

Era entre a roupa branca que se incluía a roupa de cama lavável: muitos lençóis, e as almofadas e fronhas respectivas; D. Lopo incluiu também nesta categoria os seus colchões, num tempo em que eram precisos mais do que um por cama. Mas havia também material pronto a usar na produção de nova roupa branca: 15 peças de linho da Índia, e um pano de linho caseiro com 26 varas de comprido.

Quadro 5 – Roupa branca de serviço

Objecto	Descrição	Prov.	Qt.	Valor mrv.	Valor rs.	Dias de trabalho
Peças de linho	Linho	Índia	15	33750	39706	18x15
Pano de linho	c/26 varas	Caseiro	1	4420	5200	35
Colchão	De lã	Índia	1	2500	2941	20
Colchão	Ordinários		3	4080	4800	11x3
Lençóis			10	6800	8000	5x10
Lençóis			14	5000	5882	3x14
Lenços			12	1000	1176	0,7x12
Lenços	Guarnecidos		6	1200	1412	1,3x6
Coifas			12	680	800	0,4x12
Escarpins			8	204	240	0,2x8
Toalhas de mãos			10	238	280	0,2x10
Toalhas de mesa	Finas		6	6000	7059	6x8
Toalhas de mesa	Médias		2	600	706	2,4x2
Toalhas de mesa	Grossas		4	600	706	1,2x4
Guardanapos	Grossos		10	400	471	0,3x10
Guardanapos	Finos		3	500	588	1,3x3
Panos para a prata			2	68	80	0,3x2

³⁸ Sobre este tema, cf. Georges Vigarello, *O limpo e o sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Fragmentos, 1988.

As roupas de vestir

O vestuário de D. Lopo, no entanto, mau grado o seu estatuto, nem sempre acusa a sua pertença ao clero: D. Lopo possuía gibões, um manto³⁹ de garras de marta forrado a veludo preto e apenas uma ou duas sotainas. A presença do manto de pele de marta era comum no vestuário das pessoas de elevado estatuto: numa era de quartos húmidos, janelas sem vidros e lareiras que deitavam mais fumo do que calor, constituíam, nas palavras de Carola Hicks, aquecimento central portátil⁴⁰. Este manto era de longe a peça mais valiosa do vestuário de D. Lopo, porque foi avaliada em 45 mil maravedis (52942 reais), o que equivale a 353 dias de trabalho de um trabalhador qualificado. Entre os três barretes que possuía, só um era de clérigo. A dada altura, D. Lopo deve ter temido pela sua vida (provavelmente durante a crise dinástica a seguir à morte do Cardeal Rei D. Henrique), uma vez que o seu espólio incluía um feltro, peça de roupa usada para proteger contra armas brancas. A cor dos tecidos do seu vestuário raramente é referida – com exceção de uma ou outra peça «lionada» (cor de leão) ou roxa, no caso um par de luvas e de um colete. É de supor que as suas roupas fossem já negras, de acordo com a moda da época. A partir de meados do século XVI a presença da cor nas roupas masculinas tornou-se cada vez mais rara, a contrastar com as cores berrantes do início do século, muitas vezes usadas em simultâneo.

As coisas de madeira

D. Lopo vários móveis de guardar, entre cofres, baús, canastras e arcas (quadro 6). Uma destas últimas possuía até uma gaveta para guardar vestidos, e pode ter sido um antepassado da cómoda de gavetas, que se viria a difundir no século XVIII.

As peças de madeira mais valiosas eram sem dúvida os contadores, móveis de arquivo e de escrita, tal como os três bufetes mencionados no inventário. Não faltavam também as cadeiras de estado: D. Lopo possuía duas, devidamente forradas a veludo carmesim. Obviamente havia também cadeiras de uso menos cerimonial e mais corrente, estas em couro. Mas, entre os chamados móveis de assento, proliferavam os bancos. D. Lopo tinha-os para todas as finalidades: para

³⁹ No original castelhano, «una ropa». Usámos, para este e todos os outros vocábulos, Manuel do Canto e Castro Mascarenhas Valdez, *Diccionario Español-Portugués*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1864.

⁴⁰ A autora observa ainda que no século as martas eram a segunda pele a seguir à zibelina, proveniente da Sibéria (embora não mencione as peles de arminho, que também deviam figurar nesta graduatória). Carola Hicks, *Girl in a Green Gown*, Londres, Chatto & Windus, 2011 (na edição *kindle*, location 491 e ss.).

sentar, com encosto e sem ele, para colocar dos lados da cama (eram usados muitas vezes para subir e descer do leito), e até para conter um bacio. Tinha também mais duas camas, a que chama «de campo», a par de outras de corda, que serviam para os moços, ou seja, os seus criados. Estas últimas tinham muitas vezes origem no Oriente, sendo registadas como «camas da Índia», embora neste inventário em particular não seja feita menção à sua proveniência.

Quadro 6 – Escritórios, bancos, cadeiras, cofres e arcas, e outras coisas de madeira de «meu serviço».

Peça	Características	N.º	Prov.	Mara-vedis	Reais	Dias/trab.
Escritórios/Contadores	Dourado	1	China	37500	44118	294
	Pequeno	1	Alemanha	5000	5882	39
	Pequeno	1	Madrid	2000	2353	16
	+ Pequeno	1	-	500	588	4
Cadeiras	Veludo carmesim	2		11250	13235	2x44
	Couro, usadas	3		1125	1324	3x3
Bufetes		3		4500	5294	3x12
Mesa	De pés, c/corrente	1		400	471	3
Bancos	De encosto, c/ pregos dourados	2		2250	2647	2x9
	Servem para cama	?		4080	4800	32
	+ largo	1		1700	2000	13
	De encosto c/bacio	1		1250	1477	9
Cama	De campo	1		3750	4412	29
Cama	Idem, + bonita	1		4500	5294	35
Camas de cordel	Para os moços	2		400	471	2x1,6
Caixa	Forrada de pano colorido	1	Índia	2500	2941	19
Caixa grande	C/sua gaveta para vestidos	1		1450	1706	11
Cofre	Grande, encoirado	1		1500	1764	12
Cofre	Pequeno, encoirado	1		750	882	6
Arquinha	Encoirada, foi de coche	1		750	882	6
Baú	Coberto de encerado	1		650	765	5
Canastras	Encoiradas, c/seus cadeados	2		3000	3529	2x11
Sombreiro	Coberto de couro vermelho para o sol	1		600	706	5

Guitarras		2		1250	1471	2x5
Gaita(?)		1	Alemanha	1125	1324	9
Caixa de urinol	Coberta de veludo verde	1		800	941	6
Facistol de estante	De veludo verde c/ passamanes de prata	1		800	941	6
Barril	C/vinho	1		750	882	6
Escada		1		272	320	2
Pá		1		34	40	0,2
Medida de cereal ⁴¹		1		34	40	0,2
Crivos		2		50	59	2x0,2
Roldana	Para o poço	1		50	59	0,4

Havia ainda uma caixa de urinol forrada de veludo verde e um sombreiro forrado a couro, outra marca de estatuto: destinava-se a proteger o seu proprietário do sol e da chuva, e tinha de ser transportado por um criado. Note-se também que D. Lopo continuava a gostar de guitarras (tinha duas), que já tinham aparecido entre os bens do Barreiro. Por fim inventariava uma série de objectos em madeira de carácter estritamente utilitário: uma pá, uma roldana, uma escada, etc.

Se os metais não têm nada digno de nota (registam apenas objectos de cozinha, cadeados, etc...), já as coisas «indiferentes» merecem um quadro (7).

D. Lopo possuía equipamento de viagem em quantidade e variedade: objectos usados para apetrechar montadas, entre os quais tiras para cavalos de carro, uma pequena arca que tinha sido de carruagem e um almofreixe (cama de viagem) a par de colchões e enxergões, com mantas e lençóis, que declara destinarem-se aos criados. Era um homem habituado e equipado para viajar, embora à data do inventário estivesse radicado em Madrid, e ao que parece imobilizado.

Quadro 7 – Coisas «indiferentes»

Objecto	Descrição	Qt.	Valor mrv.	Valor rs.	Dias de trab.
«Escribanía» ⁴²	C/seu tubo	1	306	360	2,4
Tinteiro	De couro	1	34	40	0,3
Escova		1	51	60	0,4

⁴¹ Tradução de «médio celemin»: duodécima parte da fanga; porção de cereal que enche a mesma medida (in Mascarenhas, *op. cit.*).

⁴² Caixa portátil que trazem os escrivães, onde há um estojo para penas e um tinteiro com tampa competente, tudo pendurado de um cinto. Neste caso, tudo indica tratar-se de um estojo de escrita transportável.

Pente		1	68	80	0,5
Espelhos	De cristal	3	1125	1324	3x3
Canequinha	De flandres	1	238	280	2
Frasco	De vidro	1	206	242	1,6
Frasco	De couro turco	1	1200	1412	9
Porcelanas	Bonitas	2	340	400	2x1,3
Vidro ⁴³	Rachado, c/2 bocas	1	306	360	2
Costal ⁴⁴	Para trigo	1	800	941	6
Morteiro	De pedra	1	68	80	0,5
Colchões	Para os moços	3			
Enxergões	Para os moços	3			
Cobertas	Para os moços	6			
Lençóis	Para os moços	6	3000 ⁴⁵	3529	24
Odre	Para vinho	1	400	471	3
Bota ⁴⁶		1	136	160	0,9
Bocal	Separado, para a bota, c/chave	1	51	60	0,4
Mala	De couro	1	772	908	6
Esteiras	De três aposentos, mais 2 para diante	5	2500	2941	5x4
Óculos	C/sua bolsa para ir de caminho	1	102	120	0,8
Óculos	Para ler	1	17	20	0,1

⁴³ A palavra designa qualquer vaso de vidro; pode ser ainda a lanterna de um coche.

⁴⁴ Saco grande que se carrega às costas de homem ou de besta.

⁴⁵ Soma dos últimos quatro itens.

⁴⁶ Espécie de bolsa piramidal de couro, alcatroada por dentro, cozida de um dos lados, rematando num bocal de madeira, e que serve para conter vinho e beber por ela.

Tiras	Para cavalos de coche c/ parafusos dourados	1	750	882	6
Almofreixe	Bonito	1	850	1000	7
Correões ⁴⁷	De veludo carmesim c/ferros dourados	4	3000	3529	4x6
Gualdrapa	De vinte-dozeno ⁴⁸ c/ guarnições	1	3500	4118	27
Avental		1	51	60	0,4
Esporas		4	136	160	1

A referência a porcelanas é um tanto vaga, uma vez que não se diz que eram da China, conforme é habitual nos inventários, e a verdade é que a palavra podia designar recipientes de outro material. Mas foi entre as coisas «indiferentes», isto é, de natureza diversa, que D. Lopo classificou as suas coisas de higiene (os espelhos e o pente), o equipamento de que precisava para alojar os seus criados (esteiras, enxergões, etc.), e, sobretudo, os objectos relacionados com as suas viagens. Almofreixe (cama de viagem), bem como arreios dos cavalos e acessórios de carruagem figuram neste último grupo. Assim como outras coisas indispensáveis a quem se desloca: odres, óculos (para ir de caminho) e um estojo de escrita, sempre a escrita...

Conclusões

Quase um século depois da descoberta do caminho marítimo para a Índia, era de esperar que num homem da qualidade de D. Lopo objectos e produtos trazidos do Oriente fossem um dado adquirido, embora a sua posse por parte de pessoas de escalões inferiores da nobreza seja uma surpresa trazida pelas fontes congéneres em estudo. Note-se que obedecem a um repertório quase padronizado: as pedras preciosas, o coco das Maldivas, a pedra bezoar, os escritórios (contadores), bem como os têxteis de origem oriental, nomeadamente a seda.

⁴⁷ Tira larga de sola que sustenta a caixa das carruagens.

⁴⁸ «Paño veintidoseno»: pano cuja urdidura constava de vinte e duas centenas de fios. Para este e outros tecidos, Rosa M.^a Dávila Corona, Montserrat Duran Pujol, Máximo García Fernández, *Diccionario Histórico de Telas y Tejidos. Castellano – Catalán*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 2004.

D. Lopo parece ter sido relativamente imune ao poder das imagens e aos faustos litúrgicos: não encontramos nem oratórios nem retábulos, nem sequer contas de rezar. Apenas o indispensável para se apresentar em público como eclesiástico: algumas roupas, mas nem todas, e sobretudo um conjunto de aparato, do qual constava um sobrecéu ou tenda, com outros panos de armar e uma casula, tudo a condizer.

Em contrapartida, não faltavam objectos de uso profano no equipamento de D. Lopo: em aço, o selo com as suas armas; vários estojos de escrita, uma escrivanhina com seu cano, tinteiros de couro. Havia também óculos para ler, tantas vezes representados na pintura da época; note-se, D. Lopo era dado desde a infância como sofrendo da vista. E ainda bufetes, escritórios, um facistol. Tinha também coisas de higiene pessoal e toilette: três espelhos de cristal e um pente; uma caixa de urinol coberta de veludo verde.

Vários elementos de modernidade, como a presença de guardanapos, talheres individuais, o saleiro individual, a copa em prata de beber, etc., encontram-se elencados no seu testamento. Estes objectos constituíam novidade, e protagonizaram as inovações do período moderno em matéria de maneiras e etiqueta, o chamado processo civilizacional, através do qual o contacto com matéria orgânica ou secreções do corpo passava a ser mediatizado por instrumentos⁴⁹. Mas, como vimos, apenas um livro de leitura (o tal tratado em italiano), fora os livros de registo do património de D. Lopo, o que é estranho para um homem da sua condição e estatuto, onde seria natural encontrar uma presença de livros mais significativa. Também a presença do vestuário eclesiástico é discreta: não é de admirar que se tenham comprado peças para completar a veste litúrgica com que devia ser enterrado⁵⁰.

D. Lopo faz menção no seu testamento a dois escravos: um que alforriava, Estêvão Freire⁵¹, que servia também de guarda livros, e de outro, «índio», doado à misericórdia. Refere também «moços», ou seja criados, mas não parece ter mais do que três-quatro pessoas a serviço. Vários objectos se destinavam à escravaria e criadagem, tais como colchões, e camas de corda «para os moços», mas não em grande quantidade. Nada indicia que D. Lopo se fizesse rodear de uma pequena corte, ao contrário de tantos homens fidalgos das suas posses

⁴⁹ Norbert Elias, *O Processo Civilizacional*, 2 vols., Lisboa, Dom Quixote, 1989, em especial o vol. I, pp. 119-172.

⁵⁰ Alva com sebastos, bocais, regaços e cordões. In Basto, *op. cit.*, p. 41.

⁵¹ D. Lopo recomenda-o no testamento: «... e à misericórdia encomendo que tomem seu parecer no arrecadar desta fazenda porque é prático nela, e lhe deem crédito em tudo porque é bom e fiel...» (In Basto, *op. cit.*, p. 19). Deixava-o forro, mas recomendava à misericórdia que o tomasse a seu serviço; Estêvão viajou de Madrid para a cidade numa cavalgadura paga pela misericórdia, por se encontrar doente e manco, e aí morreu em Outubro de 1587. Deixou bens à Misericórdia do Porto, uma cruz e dois anéis. Cf. Basto, *op. cit.* p. 43.

e estatuto. Entre os móveis não se encontra nada que sugira uma casa com visitas e comensais em grande número. A avaliar pela ausência de livros no seu espólio, D. Lopo foi pouco dado a leituras (tendo vista fraca, teria de ouvir alguém ler), mas em contrapartida a música está presente, uma vez que o seu espólio incluía guitarras: uma delas deixada para trás em Lisboa, como vimos, mas possuía duas em Madrid. O universo deste homem não é típico de um homem da Igreja (embora possua necessariamente algumas das suas marcas). Também não é o de um homem de letras, porque lhe falta a biblioteca. Parece prender-se apenas com registos e contas: trata-se do mundo da escrita de um negociante.

Pode o leitor interrogar-se o que distingue este trabalho de um simples exercício académico. Com efeito, quando se trabalha sobre cultura material, a maior parte das vezes é difícil ir além de lugares comuns. No entanto, procuro servir dois propósitos. O primeiro é o de encontrar diversidade humana, por vezes escamoteada pela ânsia de generalizar através da constituição de grandes massas documentais que permitam discernir as «estruturas». A segunda, face à diversidade que tem sido possível encontrar neste tipo de fontes – uma combinação de testamentos acompanhada por listas de bens móveis – a suspeita de que o «indivíduo» não é uma criação do século XIX, ao contrário do que se poderia pensar. Os historiadores falam frequentemente de «disciplina social», para frisar que cada pessoa se devia conformar com os padrões impostos pelo grupo a que pertencia, moldado pela linhagem e pelo sangue. Não obstante, o que tenho encontrado até agora, e D. Lopo é exemplo disso, são personalidades complexas, singulares, difíceis de encaixar em estereótipos de grupo ou ordem social.

Cronologia – vida de D. Lopo de Almeida

- | | |
|------------|--|
| 1525 | Provável nascimento de D. Lopo. |
| 1543-07-24 | Morte, aos 85 anos de idade, do bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida, com quem D. Lopo terá vivido em criança. |
| 1544-10-00 | Partida para Bordéus para o colégio de <i>la Guyenne</i> onde esteve ano e meio. Estudou gramática e latim. |
| 1546-00-00 | Peste em Bordéus; D. Lopo abriga-se em casa da viúva de Gaston de Foix, em Cadilhac. Daí foi para Paris, onde esteve um ano. |
| 1548-10 | Viagem à Flandres. |
| 1550 | Em Portugal ainda antes da Páscoa. |
| 1550-08-10 | Prisão em Coimbra de Diogo de Teive e Jorge Buchanan. |

- 1550-09-10 É preso pela Inquisição, no mesmo grupo de Teive, João da Costa e Buchanan. Tinham morado na mesma casa em Bordéus.
- 1550-12-06 Acórdão da Inquisição dá D. Lopo como culpado, dando-lhe em penitência que fizesse abjuração de seus erros em forma diante dos inquisidores e oficiais da Inquisição e cárcere perpétuo; *absolutio in forma ecclesiae* da excomunhão. Abjura na mesma data.
- 1550-12-19 Deposto das ordens clericais.
- 1550-12-15 O cardeal D. Henrique envia D. Lopo a fazer penitência no mosteiro de S. Domingos de Lisboa, depois para o de Benfica em 2 de Janeiro de 1551. D. Lopo comia e dormia em casa do mercador de origem cremonesa Lucas Giraldes, e passava o resto do tempo no mosteiro.
- 1551-08-22 O cardeal D. Henrique perdoa a pena de cárcere.
- 1560-03 a 1561-04 Está em Paris (Brandão, 1990).
- 1569-11 a 1573-04 Está em Coimbra (Brandão, 1990).
- 1570 Apresentado por abade em S. Miguel de Beire (Brandão, 1990).
- 1580-07-00 D. Lopo refere ter sido preso nesta data em Ponte de Lima, por andar ao serviço de Filipe II.
- 1584-01-25 Testamento cerrado de D. Lopo, aprovado pelo notário a 26.
- 1584-01-29 Morte de D. Lopo.
- 1584-02-16 A misericórdia toma conhecimento da herança e reúne.
- 1584-02-18 Loureço Farto, caminheiro da Relação do Porto parte para Madrid.
- 1584-03-18 Regresso de Loureço Farto, tendo permanecido 8 dias em Madrid.
- 1584-03-19 Irmãos da misericórdia tomam conhecimento do conteúdo do testamento.
- 1584-06-22 Lavrador Roque Fernandes traz 2 canastras encoiradas à misericórdia com bens móveis, provenientes de S. Miguel de Beire, que foram leiloados em seguida no pátio da confraria.
- 1584-06-24 Misericórdia passa procuração para se venderem os bens móveis que o testador possuía em Lisboa e no Barreiro.
- 1584-06-30? Leilão no pátio da misericórdia de peças de prata e roupas provenientes das canastras encoiradas vindas de S. Miguel de Beire.
- 1586-04-23 Partida de delegação da misericórdia para ir buscar os restos mortais de D. Lopo a Madrid.
- 1586-11-23 Cortejo fúnebre no Porto para receber restos mortais de D. Lopo.
- 1589-07-19 Capela de D. Lopo concluída.
- 1605 Início da construção do hospital, segundo lápide que actualmente colocada numa das paredes do átrio da Santa Casa da Misericórdia.